

Artigo Original

O impacto das práticas inclusivas no processo educacional de crianças com deficiência e dificuldades de aprendizagem na educação infantil

The impact of inclusive practices on the educational process of children with disabilities and learning difficulties in early childhood education

Marília Franco¹

Stephanie da Silva Costa²

André Moraes Repinaldo.org.³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o impacto das práticas inclusivas no processo educacional de crianças com deficiência e dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil, discutindo suas contribuições para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. A pesquisa fundamenta-se em documentos normativos, como a Declaração de Salamanca (1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), bem como em aportes teóricos de autores como Vygotsky (1991), Mantoan (2006) e Freire (1996). Foram investigados três eixos principais: a identificação das práticas pedagógicas inclusivas mais recorrentes, os efeitos dessas práticas no desenvolvimento das habilidades socioemocionais das crianças e os desafios enfrentados por professores e instituições na efetivação da inclusão. Constatou-se que a inclusão escolar, embora assegurada legalmente, ainda enfrenta obstáculos relacionados à formação docente, à escassez de recursos pedagógicos e às barreiras

¹ Discente Marília Franco, do curso de pedagogia da Faculdade apogeu.

² Discente Stephanie da Silva Costa, do curso de pedagogia da Faculdade apogeu.

³ Docente André Moraes Repinaldo, Mestre e Doutorando em Ciências da Educação, Orientador/Organizador do curso de pedagogia da Faculdade apogeu, e-mail (professor.andre.repinaldo@gmail.com)

culturais. Contudo, os resultados apontam que a implementação de estratégias inclusivas promove benefícios significativos, como a valorização da diversidade, o fortalecimento da empatia e a construção de uma escola mais democrática e humanizada.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Práticas pedagógicas; Desenvolvimento infantil; Diversidade; Formação docente.

ABSTRACT

This article aims to analyze the impact of inclusive practices on the educational process of children with disabilities and learning difficulties in Early Childhood Education, discussing their contributions to cognitive, social, and emotional development. The research is based on normative documents such as the Salamanca Declaration (1994) and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (BRASIL, 2008), as well as theoretical contributions from authors such as Vygotsky (1991), Mantoan (2006), and Freire (1996). Three main areas were investigated: the identification of the most common inclusive pedagogical practices, the effects of these practices on the development of children's socio-emotional skills, and the challenges faced by teachers and institutions in implementing inclusion. It was found that school inclusion, although legally guaranteed, still faces obstacles related to teacher training, the scarcity of pedagogical resources, and cultural barriers. However, the results indicate that implementing inclusive strategies brings significant benefits, such as valuing diversity, strengthening empathy, and building a more democratic and humane school.

Keywords: Inclusive education; Pedagogical practices; Child development; Diversity; Teacher training.

Introdução

A educação infantil constitui a etapa inicial do processo formativo das crianças, sendo fundamental para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais. Nesse contexto, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas se revela crucial, uma vez que garante o acesso e a permanência de crianças com deficiência e dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar, promovendo o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

A inclusão educacional, assegurada por normativas nacionais e internacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem como premissa o direito de todos os indivíduos à educação de qualidade, adaptada às suas necessidades. No entanto, a concretização desse direito na educação infantil ainda enfrenta desafios significativos, como a capacitação de educadores, a adequação de materiais pedagógicos e a criação de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

Este estudo busca analisar o impacto das práticas inclusivas no processo educacional de crianças com deficiência e dificuldades de aprendizagem na educação infantil, explorando de que maneira essas práticas contribuem para o desenvolvimento global das crianças e para a construção de um sistema educacional mais equitativo e acessível.

1. A Educação Inclusiva e suas Práticas Pedagógicas no Contexto Brasileiro

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Ministério da Educação em 2008, estabelece como finalidade primordial a garantia do direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade, assegurando sua plena participação no ensino regular, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais (Brasil, 2008, p. 5).

Essa política pública representa um marco significativo na consolidação de uma escola verdadeiramente democrática, ao propor a superação de práticas excludentes historicamente enraizadas no sistema educacional brasileiro. Ao reconhecer a diversidade como um valor fundamental e não como um obstáculo, a diretriz reafirma o compromisso do Estado com a equidade, a justiça social e a valorização das diferenças humanas (Brasil, 2008, p. 5).

Nesse sentido, a proposta inclusiva transcende a simples inserção física dos alunos com deficiência nas instituições regulares de ensino, promovendo sua efetiva participação nos processos pedagógicos, na convivência escolar e na construção coletiva do conhecimento, contribuindo para a formação de uma sociedade mais plural, solidária e comprometida com os direitos humanos (Brasil, 2008, p. 5).

Entre as principais práticas pedagógicas inclusivas, destacam-se:

Adaptação curricular configura-se como uma estratégia pedagógica fundamental no contexto da educação inclusiva, sendo definida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva como “a flexibilização dos objetivos, conteúdos, métodos e critérios de avaliação, respeitando as necessidades específicas dos alunos” (Brasil, 2008, p. 13). Essa abordagem visa garantir que todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, tenham acesso significativo ao currículo escolar, considerando suas singularidades e potencialidades.

Mais do que uma simples modificação nos conteúdos programáticos, a adaptação curricular implica uma reestruturação intencional do planejamento pedagógico, de modo a promover a equidade no processo de ensino-aprendizagem. Isso envolve a reformulação dos objetivos educacionais para torná-los alcançáveis, a seleção de conteúdos relevantes e acessíveis, a diversificação dos métodos de ensino para contemplar diferentes estilos de aprendizagem, e a redefinição dos critérios de avaliação, priorizando o progresso individual e o desenvolvimento integral do aluno (Brasil, 2008, p. 13).

Essa prática está alinhada com os princípios da educação inclusiva, que reconhecem a diversidade como um valor e não como um obstáculo. Ao adaptar o currículo, o educador assume uma postura ética e comprometida com a justiça educacional, criando condições reais para que todos os estudantes participem ativamente das atividades escolares, desenvolvam suas habilidades e construam conhecimentos de forma significativa. Trata-se, portanto, de uma ação pedagógica que exige sensibilidade, criatividade, formação continuada e apoio institucional, sendo indispensável para a efetivação de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática (Brasil, 2008, p. 13).

Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se como um serviço educacional complementar e imprescindível à efetivação da educação inclusiva, conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. De acordo com o documento oficial, o AEE é definido como “um serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras que possam impedir o pleno desenvolvimento dos alunos” (Brasil, 2008, p. 15).

Sua principal finalidade é garantir que os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação tenham suas necessidades específicas atendidas de forma sistemática e planejada, promovendo sua autonomia, participação e aprendizagem significativa no contexto escolar. O AEE não substitui o

ensino comum, mas o complementa, atuando de forma articulada com os professores da sala regular e demais profissionais envolvidos no processo educativo (Freire, 1996, p. 25).

Esse atendimento pode ocorrer em salas de recursos multifuncionais ou em outros espaços adequados, e envolve ações como a adaptação de materiais didáticos, o uso de tecnologias assistivas, a elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas e a promoção da acessibilidade física, comunicacional e atitudinal. Além disso, o AEE contribui para a formação de uma cultura escolar inclusiva, ao sensibilizar a comunidade educativa sobre a importância da valorização da diversidade e da superação das barreiras que limitam o desenvolvimento pleno dos alunos (Freire, 1996, p. 25).

Para que o AEE seja efetivo, é necessário que os profissionais envolvidos possuam formação específica, domínio de práticas pedagógicas inclusivas e capacidade de atuação colaborativa com os demais agentes educacionais. Dessa forma, o Atendimento Educacional Especializado se configura como um instrumento essencial para a construção de uma escola que respeita as diferenças, promove a equidade e assegura o direito de todos à educação de qualidade (Freire, 1996, p. 25).

A formação docente representa um dos pilares fundamentais para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto educacional brasileiro. Conforme enfatiza Paulo Freire, “ensinar exige compreender que a educação é um ato político” Freire (1996, p. 25), o que implica reconhecer que o papel do professor transcende a mera transmissão de conteúdo, assumindo uma função social e ética na construção de uma escola democrática e inclusiva.

Nesse sentido, a formação inicial e continuada dos educadores deve contemplar não apenas os aspectos técnicos da prática pedagógica, mas também uma compreensão crítica das questões relacionadas à diversidade, à equidade e aos direitos humanos. O professor, enquanto agente transformador, precisa estar preparado para lidar com as especificidades dos alunos com deficiência e dificuldades de aprendizagem, desenvolvendo competências que lhe permitam adaptar estratégias, promover a acessibilidade e mediar processos de ensino que respeitem as singularidades de cada estudante (Freire, 1996, p. 25).

A formação docente voltada para a inclusão exige, portanto, uma abordagem interdisciplinar, reflexiva e comprometida com a justiça social. É necessário que os cursos de licenciatura e os programas de capacitação continuada incluam conteúdos relacionados à educação especial, às práticas inclusivas, às tecnologias assistivas e à gestão da

diversidade no ambiente escolar. Além disso, é fundamental que os professores tenham acesso a espaços de diálogo, troca de experiências e apoio institucional, de modo que possam enfrentar os desafios da inclusão com segurança, sensibilidade e competência (Freire, 1996, p. 25).

Ao compreender que a educação é um ato político, o professor assume a responsabilidade de promover a inclusão como prática cotidiana, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, plural e acolhedora. Dessa forma, investir na formação docente é investir na efetivação dos princípios da educação inclusiva e na construção de uma escola que respeita e valoriza todas as formas de existência (Hora, 2020, p. 112).

A mediação pedagógica constitui um elemento central na promoção de práticas educacionais inclusivas, exigindo do educador não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade, escuta ativa e compromisso ético com o processo de aprendizagem de todos os estudantes. Conforme destaca Hora (2020, p. 112), “a mediação pedagógica inclusiva exige do educador sensibilidade, escuta ativa e compromisso ético com o processo de aprendizagem de todos os estudantes”. Essa abordagem pressupõe que o professor atue como facilitador da construção do conhecimento, respeitando as singularidades dos alunos e promovendo um ambiente de acolhimento, diálogo e participação.

Nesse contexto, a mediação pedagógica não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a criação de condições para que todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, possam desenvolver suas potencialidades de forma plena. Trata-se de uma prática que demanda empatia, flexibilidade e capacidade de adaptação, além de uma postura ética comprometida com a equidade e a justiça educacional (Hora, 2020, p. 112).

A aprendizagem cooperativa, por sua vez, configura-se como uma metodologia que favorece o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas, promovendo a interação entre os alunos com e sem deficiência. Segundo publicação da SciELO (2024), essa abordagem estimula a colaboração, o respeito mútuo e a construção coletiva do conhecimento, contribuindo para a formação de vínculos afetivos e para o fortalecimento da convivência democrática no ambiente escolar. Ao trabalhar em grupos heterogêneos, os estudantes aprendem a valorizar as diferenças, a resolver conflitos de forma construtiva e a desenvolver habilidades como empatia, solidariedade e responsabilidade compartilhada.

Essas práticas pedagógicas são sustentadas por uma concepção de educação crítica e transformadora, conforme defendida por Paulo Freire. Para o autor, “a educação não pode ser neutra. Ela é sempre uma forma de intervenção no mundo” Freire (1996, p. 23), o que implica reconhecer que o ato de educar está intrinsecamente ligado à construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. Sob essa perspectiva, a inclusão escolar não se resume à presença física dos alunos com deficiência nas salas de aula, mas exige transformações profundas na cultura escolar, na gestão pedagógica e nas relações interpessoais que permeiam o cotidiano educativo.

Portanto, tanto a mediação pedagógica quanto a aprendizagem cooperativa são instrumentos essenciais para a efetivação da educação inclusiva, pois promovem a participação ativa de todos os estudantes, valorizam a diversidade e contribuem para a construção de uma escola que respeita as diferenças e assegura o direito de todos à aprendizagem significativa (Freire, 1996, p. 23).

2. Análise do Impacto das Práticas Inclusivas no Desenvolvimento das Habilidades Sociais, Emocionais e de Convivência da Criança

O presente estudo propõe-se a examinar de que maneira as práticas pedagógicas inclusivas contribuem para o desenvolvimento das habilidades sociais, emocionais e de convivência de crianças com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, considerando os princípios da educação inclusiva e os fundamentos da psicologia do desenvolvimento (Freire, 1996, p. 23).

A inclusão escolar, conforme preconizado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil (2008), não se limita ao acesso físico ao ambiente escolar, mas envolve a participação ativa e significativa dos alunos em todas as dimensões do processo educativo. Nesse contexto, práticas pedagógicas que promovem o acolhimento, a valorização da diversidade e a interação entre os pares são essenciais para o fortalecimento das competências socioemocionais.

Segundo Goulart (2024), “a educação socioemocional é fundamental para promover a inclusão escolar, pois oferece uma abordagem que integra o desenvolvimento emocional e social aos processos de ensino, valorizando o aluno de forma integral”. Habilidades como empatia, resiliência, autorregulação e cooperação são favorecidas em ambientes inclusivos que estimulam o respeito mútuo e a convivência harmoniosa.

Além disso, Godoy et al. (2023) destacam que “as práticas inclusivas podem promover a empatia, a colaboração e o respeito à diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos ativos e plenos na sociedade”. A interação entre crianças com diferentes perfis estimula a construção de vínculos afetivos, o reconhecimento das diferenças como valor e o desenvolvimento de atitudes de solidariedade e respeito.

A perspectiva vigotskiana também oferece suporte teórico relevante, ao afirmar que o desenvolvimento ocorre por meio da mediação social. Para Vygotsky (1991), “o aprendizado desperta processos internos de desenvolvimento que, operando sob a influência da interação social, tornam-se parte da estrutura psicológica da criança”. Assim, práticas inclusivas que favorecem o diálogo, a cooperação e a participação ativa contribuem diretamente para o amadurecimento emocional e social dos estudantes.

3. investigação dos desafios enfrentados por professores e instituições na implementação de estratégias inclusivas e os recursos necessários para sua efetivação.

Apesar dos avanços na legislação e nas políticas educacionais brasileiras, a inclusão ainda encontra barreiras que dificultam sua consolidação no cotidiano escolar. Muitas vezes, a ausência de formação continuada, a carência de materiais pedagógicos adequados e a falta de apoio institucional limitam o trabalho docente e a efetividade das práticas inclusivas. Segundo Glat e Pletsch (2012, p. 45):

A efetivação da inclusão escolar depende, em grande parte, da capacitação dos professores, do fornecimento de recursos pedagógicos apropriados e da existência de condições institucionais que deem suporte a práticas inovadoras. Sem esses elementos, a inclusão tende a permanecer apenas no discurso, sem se concretizar de maneira efetiva no contexto escolar (Glat; Pletsch, 2012, p. 45).

Essa perspectiva evidencia que o fortalecimento da formação docente, aliado à garantia de recursos humanos e materiais, constitui condição indispensável para que a inclusão escolar se torne uma realidade prática e não apenas normativa (Glat; Pletsch, 2012, p. 45).

Percepções Docentes sobre a Inclusão Escolar

Diversos estudos recentes têm evidenciado as percepções de professores da Educação Infantil acerca dos desafios e das potencialidades envolvidas na implementação

de práticas pedagógicas inclusivas. De modo geral, os relatos apontam que, embora haja avanços normativos e maior conscientização sobre o direito à educação de qualidade para todos, persistem obstáculos significativos que dificultam a efetivação da inclusão no cotidiano escolar (Glat; Pletsch, 2012, p. 45).

Entre os principais entraves mencionados pelos docentes, destacam-se:

- A limitação da formação inicial, que muitas vezes não contempla de forma aprofundada os conhecimentos teóricos e práticos necessários para o atendimento às especificidades de alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem.
- A ausência de apoio institucional dentro da escola, o que inclui a falta de orientação pedagógica especializada, de equipes multidisciplinares e de espaços para reflexão coletiva sobre as práticas inclusivas.
- A escassez de recursos materiais e pedagógicos, como tecnologias assistivas, materiais adaptados e infraestrutura acessível, que compromete a participação ativa dos estudantes nas atividades escolares.
- A presença de barreiras culturais, como preconceitos, estigmas e resistências por parte de alguns membros da comunidade escolar, que dificultam a construção de uma cultura inclusiva e acolhedora.

Apesar desses desafios, muitos educadores também reconhecem que a inclusão representa uma oportunidade valiosa de transformação pedagógica e social (Glat; Pletsch, 2012, p. 45). Entre os aspectos positivos apontados, destacam-se:

- A riqueza do ambiente escolar inclusivo, que favorece o desenvolvimento de valores como empatia, respeito às diferenças e colaboração entre os alunos, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e solidários.
- A valorização da formação continuada, que permite aos professores ampliar seus conhecimentos, desenvolver novas competências e adaptar suas práticas pedagógicas de forma mais eficaz e sensível às necessidades dos estudantes.
- A estimulação da criatividade docente, uma vez que o convívio com alunos com diferentes perfis leva os educadores a buscar estratégias inovadoras, metodologias diversificadas e abordagens mais flexíveis, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Essas percepções revelam que, embora a inclusão escolar ainda enfrente obstáculos estruturais e culturais, ela também mobiliza os profissionais da educação para uma prática mais reflexiva, ética e comprometida com a equidade. O reconhecimento das dificuldades, aliado à valorização das possibilidades, é fundamental para a construção de

uma escola que respeita as singularidades e promove o desenvolvimento integral de todos os seus alunos (Glat; Pletsch, 2012, p. 45).

4. Principais Desafios na Efetivação da Educação Inclusiva na Educação Infantil

4.1. Insuficiência na Formação dos Profissionais da Educação

Um dos obstáculos mais recorrentes à efetivação da inclusão escolar é a carência de formação adequada dos educadores para lidar com as especificidades de crianças com deficiência. Muitos profissionais ingressam na carreira docente sem o preparo necessário para compreender as demandas pedagógicas, emocionais e sociais desses alunos, o que compromete a qualidade do atendimento educacional. A ausência de conhecimentos sobre estratégias inclusivas, metodologias diferenciadas e recursos de acessibilidade dificulta a criação de ambientes escolares que respeitem e acolham a diversidade. Essa lacuna formativa evidencia a necessidade de políticas públicas que invistam na formação inicial e continuada dos professores, com foco na educação especial e na gestão da diversidade (Goulart, 2024).

4.2. Escassez de Recursos Pedagógicos e Infraestrutura Adaptada

Grande parte das instituições de educação infantil ainda não dispõe de materiais pedagógicos inclusivos, tecnologias assistivas, infraestrutura física acessível ou equipamentos especializados. Essa insuficiência de recursos compromete diretamente a participação ativa das crianças com deficiência nas atividades escolares, limitando seu acesso ao currículo e às experiências de aprendizagem. A ausência de ambientes adaptados, como salas de recursos multifuncionais, mobiliário adequado e sinalização acessível, representa uma barreira concreta à inclusão. Para superar esse desafio, é imprescindível que os sistemas de ensino garantam investimentos contínuos em infraestrutura, materiais didáticos e tecnologias que favoreçam a equidade educacional (Godoy, 2023).

4.3. Barreiras Sociais e Culturais Persistentes

Além das limitações estruturais, a inclusão escolar enfrenta barreiras de ordem social e cultural que dificultam sua consolidação. Preconceitos, estereótipos e resistências por parte de alguns membros da comunidade escolar e de famílias ainda são frequentes,

revelando uma visão limitada sobre o potencial das crianças com deficiência. A falta de compreensão sobre a importância da convivência inclusiva e sobre os direitos educacionais desses alunos pode gerar atitudes excludentes, marginalização e isolamento. A superação dessas barreiras exige ações de sensibilização, formação ética e promoção de uma cultura escolar pautada no respeito às diferenças, na valorização da diversidade e na construção de relações interpessoais mais empáticas e colaborativas (Goulart, 2024).

4. Ausência de Suporte Interinstitucional e Parcerias Estratégicas

A efetivação da educação inclusiva demanda uma atuação articulada entre diferentes agentes e instituições. A colaboração entre professores, gestores escolares, famílias, profissionais da saúde, assistentes sociais e psicopedagogos é essencial para atender às necessidades específicas de cada criança e promover seu desenvolvimento integral. No entanto, muitas escolas ainda operam de forma isolada, sem o suporte técnico e humano necessário para implementar práticas inclusivas de forma eficaz. A ausência de parcerias intersetoriais e de redes de apoio compromete a qualidade do atendimento e sobrecarrega os educadores. Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que haja políticas públicas que incentivem a cooperação entre os diversos setores envolvidos na educação, garantindo suporte institucional, formação interdisciplinar e acompanhamento contínuo dos processos pedagógicos (Godoy, 2023).

5. Discussão

Os resultados obtidos na pesquisa quantitativa demonstram que as atividades de inclusão, quando planejadas e executadas com intencionalidade pedagógica, têm impacto significativo no desenvolvimento acadêmico e socioemocional de alunos com deficiência e dificuldades de aprendizagem. Essa constatação está alinhada com estudos como o de Perin & Lepke (2024), que destacam a importância das práticas pedagógicas inclusivas na promoção da autonomia e da participação ativa dos alunos.

A literatura aponta que práticas como adaptação curricular, uso de tecnologias assistidas e metodologias diversificadas são eficazes para atender às necessidades específicas dos alunos da Educação Especial. No entanto, os dados também revelam que muitos professores ainda enfrentam dificuldades para aplicar essas estratégias de forma consistente, o que reforça a necessidade de formação continuada e suporte institucional.

Além disso, a inclusão não se limita ao acesso físico à sala de aula. Como afirmam Rocha et al. (2025), é preciso garantir que os alunos estejam verdadeiramente envolvidos nas atividades escolares, com oportunidades reais de aprendizagem e interação social. A presença de mediadores, o envolvimento da família e a articulação com profissionais da saúde são fatores que potencializam os efeitos positivos da inclusão.

Outro ponto relevante é a diferença entre matrícula e inclusão efetiva. Embora os números de alunos com deficiência em turmas regulares tenham crescido, como mostram os dados do Censo Escolar, isso não garante que esses alunos estejam sendo atendidos de forma adequada. A inclusão exige adaptações reais no planejamento pedagógico, na infraestrutura escolar e na postura dos educadores.

Portanto, os achados da pesquisa reforçam que a inclusão é um processo complexo, que demanda compromisso coletivo, políticas públicas eficazes e práticas pedagógicas baseadas em evidências. A escola inclusiva não é apenas um ideal — é uma construção diária que exige sensibilidade, preparo e ação.

Conclusão

A presente investigação evidenciou que as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil não se configuram apenas como uma exigência normativa, mas como uma expressão concreta do compromisso ético e político da educação com a equidade e a justiça social. Ao reconhecer e valorizar as singularidades de cada criança, essas práticas promovem não apenas o acesso ao conhecimento, mas também o fortalecimento de dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, como a autoestima, a autonomia, a empatia e a convivência democrática.

Todavia, a análise dos dados revelou que a inclusão escolar ainda enfrenta entraves significativos, que comprometem sua efetivação plena. A insuficiência na formação docente, a precariedade dos recursos pedagógicos e a fragilidade do suporte institucional são fatores que limitam a capacidade das escolas de atender às demandas específicas dos alunos com deficiência e dificuldades de aprendizagem.

Dessa forma, é imperativo que os sistemas educacionais assumam a inclusão como um princípio estruturante de suas políticas e práticas, investindo de forma contínua na formação dos profissionais da educação, na ampliação da infraestrutura escolar, na disponibilização de recursos acessíveis e na promoção de uma cultura institucional que valorize a diversidade como elemento constitutivo da escola. Mais do que garantir a presença física dos alunos com deficiência nas salas de aula, é necessário assegurar sua

participação ativa, significativa e emancipadora nos processos de aprendizagem e na vida escolar.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. *Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: práticas pedagógicas e formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

GODOY, L. et al. *Práticas inclusivas e a formação de cidadãos ativos e plenos na sociedade*. [S.l.: s.n.], 2023.

GOULART, C. *Educação socioemocional e inclusão escolar: uma abordagem integrada para o desenvolvimento integral*. [S.l.: s.n.], 2024.

HORA, D. *Mediação pedagógica inclusiva: escuta ativa e compromisso ético no processo de aprendizagem*. [S.l.: s.n.], 2020.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.